

Uma Breve História da Incompetência

Gilson L. Volpato – 12/11/2014

Disponível em www.gilsonvolpato.com.br

Partindo de observações assistemáticas dos últimos 26 anos, desde que comecei a atuar como orientador no sistema de pós-graduação brasileiro, percebi as transformações do processo de avaliação da produção científica (focada mais em artigos), bem como o comportamento de alunos e orientadores nesse sistema. São apenas impressões, mas fazem muito sentido, por isso as coloco a público. Foco mais nas artimanhas para se livrar, ou suplantar as avaliações, do que nos requisitos avaliatórios, pois são, em termos gerais, razoáveis. Descrevo essa percepção nos passos a seguir, mesmo que não sigam rigidamente a cronologia. Não são ideias que angariam público, mas são sinceras.

Passo 1 - Inicialmente, a temida CAPES exigia que os professores dos cursos (ainda eram cursos, não programas) de pós-graduação publicassem artigos científicos. E muitos publicavam, até havendo no curso professores que não orientavam, mas tinham currículos invejáveis, o que muitas vezes sustentava o curso.

Passo 2 - A avaliação CAPES começa a priorizar mais enfaticamente avaliação das publicações de orientadores. Mais ainda, atrela a isso o conceito de eficiência, pelo qual avalia a produção ponderada pelo número de orientadores. Aí começa a complicar. Então inicia um processo mais forte de seleção sobre os orientadores. O selecionador vira foco de seleção. Incomoda! Frente a isso, para que o curso não tenha baixa eficiência de publicação científica (= publicações / número de orientadores), os Conselhos de Curso buscam, com a desculpa de que é exigência da CAPES, eliminar ou afastar temporariamente aqueles orientadores que não estão publicando de forma correspondente ao esperado para um bom desempenho no processo de avaliação. Mas ainda pouco se considera a qualidade da publicação.

Passo 3 – Então a CAPES fica mais chata; quer que os orientadores publiquem bem. Como não é fácil avaliar qualidade dos artigos, então a CAPES passa a classificar as revistas em termos de “qualidade”, criando as Qualis A internacional, Qualis A nacional, Qualis B internacional, Qualis B nacional etc. Mas isso foi facilmente contornado pelos avaliados, pois bastava o comitê, que representava a área, achar que determinadas revistas eram boas. Ou seja, o critério era bastante influenciado pelo grupo restrito que, mesmo bem intencionado, tinha que lidar com referenciais não universais. Então, tínhamos revistas tipicamente em português, com mais de 90% das publicações oriundas do próprio Brasil, consideradas internacionais. Outras em inglês, mas só frequentadas pelos nossos cientistas, também consideradas internacionais. E eram revistas impressas. É daí que começa meu questionamento sobre o que é uma revista internacional, que mais tarde defino baseado em dois atributos: a) publicar artigos de vários países e b) ser citada por autores de vários países, deixando o conceito de “vários” para o bom senso dos leitores.

Passo 4 – Seguindo a mesma linha do passo anterior, a maior transformação ocorre já bem mais recentemente, em 2008, quando a CAPES atrela à avaliação das revistas o Fator de Impacto do

Journal Citation Reports (FI-JCR). Lógico que esse FI-JCR foi criado, na década de 60, exatamente para dar indícios aos bibliotecários sobre a qualidade das revistas (não artigos, revistas). O pressuposto teórico do FI-JCR é que o corpo editorial da revista conquista submissão de manuscritos e os tria segundo seus critérios. Depois, publica o que achou de interessante e a comunidade científica usa ou não esse material. Quando usa, cita (nem todo uso é citação, mas toda citação é um tipo de uso). Assim, esse fator dá uma ideia da resposta da comunidade científica em relação ao material selecionado pelos editores. Quando a comunidade científica não gosta ou desconsidera os artigos publicados, o FI-JCR fica menor. Essa participação direta da comunidade científica é como se fosse uma espécie de voto. Como todo voto, ela tem seus problemas, mas já não é mais a opinião de um grupo restrito sobre a qualidade das revistas. Os referenciais agora veem da própria comunidade científica. Não estou aqui para avaliar o FI-JCR, mas o comportamento da comunidade frente às “maluquices” da CAPES. Com isso, nosso protecionismo ao sistema de publicações em nossa pós-graduação começou a ficar mais complicado, porque aquela revista que a área amava, parece que não era tão bonita assim. De fato, chocou! Muita gente falou mal. Afinal, o que faz um aluno quando vai mal na prova? Mas, como a CAPES é durona, esse critério foi mantido e criou os tais A1, A2, B1, B2 etc. Críticas não faltaram, mesmo daqueles que nem sabiam exatamente como era o FI-JCR ou o sistema completo da CAPES. Lógico que havia falhas, mas faltou maturidade para melhorarmos o sistema ao invés de simplesmente tentarmos eliminá-lo. E não vi nenhuma outra proposta exequível nesse período, exceto especulações firmadas em quesitos subjetivos demais. E não teve jeito, tivemos mesmo que melhorar nosso perfil de publicação, inclusive entrando na tal ciência internacional... o que para muitos era pura utopia, ou mesmo besteira. É como o Ayrton Senna reclamar do fato de ter que chegar em primeiro lugar ou conseguir uma boa classificação!

Passo 5 – Paralelamente às mudanças conceituais sobre a avaliação da qualidade científica, outro passo foi a CAPES aumentar a valorização das publicações que contemplam alunos da pós-graduação como autores. Afinal, a função da pós-graduação é formar os alunos e não produzir ciência para os orientadores. Frente a isso, pouco se reclamou, pois a saída é fácil para um ambiente onde trocar autoria é tão simples quanto trocar de camisa. Ou seja, continuamos publicando com os gringos que nos levam a boas revistas e colocamos os orientandos no processo (de forma correta ou, em alguns casos, fraudulenta).

Passo 6 - E vem de novo a chatice da CAPES. Agora querem, vejam que absurdo, dar maior peso para publicações decorrentes da tese do aluno. Puxa, como fazer isso? Agora fica mais difícil pedir para o gringo escrever para nós. Bem, no caso da bolsa sanduíche é mais fácil conseguir esse apoio, mas será que Portugal e Espanha comportarão tantos alunos assim? Então uma boa parcela dos alunos terá que aprender o maldito inglês. Nossa, estão mesmo complicando as coisas. Está difícil fazer ciência no Brasil. Essa CAPES! Mas vamos achar uma saída. Já sei... aquelas tais empresas de redação científica. Afinal, não cabe ao orientador ensinar o orientando a escrever artigos. O orientador deve ensinar coisas mais nobres, como engordar currículos por meio de artigos feitos pelo próprio orientador ou terceiros. E vejam que em pleno 2014 há coordenador de área competitiva biológica que simplesmente sugere aos alunos a contratação de tais empresas para ensiná-los a redigir. Será que daqui a pouco não vamos mesmo trazer empresas para bolarem as nossas pesquisas, coletarem nossos dados, analisarem estatisticamente, concluírem as pesquisas e as redigirem? Estariam essas pessoas advogando a favor da privatização da universidade? Afinal, se as empresas entram para ensinar a redigir,

podem entrar para ensinar e fazer muitas outras coisas. Digo-lhes uma coisa: terceirizem tudo, menos o cérebro!

Passo 7 – Agora a última... a CAPES quer entregar nossas revistas para editoras internacionais reconhecidas. É bem recente, mas já vi gente criticando na internet. A primeira alegação é que não pode fugir do sistema de *Open Access*, pois todo conhecimento acadêmico deve ser entregue gratuitamente a todos. É, pode ser... e o conhecimento que nos é vendido em consultórios, escritórios etc.? Por que esse conhecimento acadêmico não é gratuito? Por que compramos um kit de análises, de alguns milhares de reais, e não compramos um *paper*. Lógico, o kit resolve; o *paper* nem sempre... seria isso? Ou é porque tem alguém pagando bons *paper* para nós? Obviamente, não falo contra o *Open Access*, mas falo que as editoras têm direito de vender produtos, principalmente num ambiente em que associações científicas e as próprias universidades poderiam simplesmente editar suas publicações acadêmicas e se impor no sistema. Mas a prática mostra que geralmente não têm competência suficiente. Se o sistema privado entra nesse mercado é porque compete e ganha. O que nos impede, fora a competência, de publicarmos revistas de primeira linha? Foi exatamente nesse cenário que a CAPES atuou. Sem querer dizer o que a CAPES realmente pensa, pois estou longe dessa possibilidade, vejo que a ação poderá trazer uma maior competitividade para nossas revistas. Quando olhamos os sites das revistas na internet e seus sistemas de submissão de artigos, vemos a diferença. Acredito que teremos muito a ganhar se a revista continuar com algum timbre de Brasil. Mas acredito também que alguma modificação na qualidade das avaliações deverá ocorrer. As 100 revistas iniciais que a CAPES quer apoiar nessa empreitada terão grande chance de ter sua visibilidade aumentada, sua qualidade melhorada. Com isso certamente criaremos um degrau entre essas e as demais brasileiras. Faz parte! Mas aí trará um problema sério. Como fazer para publicar o impubescível e continuar pontuando na CAPES? É, a coisa está ficando apertada. Mas notem que a CAPES não deixará de dar apoio às nossas outras revistas. Porém, a reclamação vem mais pelo fato de criar um grupo de revistas de maior força. Diferenciação é natural, desde que por critérios justos. Não vejo necessariamente injustiças nesse processo. Há revistas que existem a várias décadas; se, até agora, não conseguiram se tornar competitivas internacionalmente é porque possuem alguns equívocos conceituais em suas estratégias e táticas ou mesmo na percepção sobre o que é ciência. Com as editoras internacionais, antevejo que algumas revistas brasileiras começarão a receber mais manuscritos do exterior, formando um ambiente de manuscritos mais competitivos (pois aumenta o número de pessoas interessadas na revista), o que favorecerá o crescimento dessas revistas. Afinal, durante minhas andanças na coordenação e editoração de revistas científicas no Brasil sempre considerei que nossas revistas não devem existir para publicar a chamada ciência brasileira, mas para publicar ciência. Indiretamente, nesse cenário com algumas revistas brasileiras ganhando mais notoriedade internacional, será até mesmo mais difícil conseguir pontinhos na CAPES. E, novamente, que chato, teremos que melhorar nossa qualidade científica.

O Futuro – notei dessa minha percepção, um pouco descontraída às vezes, que ocorre uma verdadeira luta entre o predador e a presa. Quando o predador prepara uma emboscada, a

presa logo acha um “jeitinho”¹ (ainda mais no Brasil) para se livrar. Lógico que se a emboscada aumenta de qualidade, o “jeitinho” tem que melhorar de qualidade. Mas “jeitinho” melhorado é um “big jeitinho”. Será que é isso que temos que fazer? Será que não podemos admitir, ao menos um pouquinho, que talvez não sejamos a excelência que mamãe falou e nem o mundo avaliatório tão equivocadamente assim? Quem já publicou em revistas de bom nível e naquelas lá de baixo deve ter percebido que há muita diferença. Vejo pessoas que, mesmo sem terem publicado algo, criticam o sistema simplesmente porque é razoável, ou politicamente correto, criticar o avaliador, criticar o sistema, criticar o que está acima... criticar tudo à nossa volta para manter nosso “status quo”.

Uma avaliação final

Não há vergonha em não sabermos, mas há vergonha em não queremos aprender. A prepotência acadêmica matará nossa boa ciência. Quando ministro cursos de redação científica pelas várias universidades públicas brasileiras, percebo que o maior contingente espontâneo de orientadores assistindo o curso está exatamente nas melhores universidades. Parece que a ignorância reforça o medo de aprender; mas a competência nos coloca com prazer na tênue linha entre o saber e a ignorância.

Muitos me chamam e dizem que os alunos não estão conseguindo escrever bons artigos. Ora, eu acho que quem deve ensinar o orientando é o orientador. Se o orientador não sabe, ele deve fazer cursos para se aprimorar. Assim o aprendizado fica na instituição e o orientador será o multiplicador. Não basta o orientador conseguir publicar em revistas de bom nível. É necessário que saiba porque isso foi possível, que sabia porque seu texto é melhor que outros dessa mesma revista e que consiga ensinar esse caminho aos seus alunos. E quando falo em orientadores me refiro também aos que orientam iniciação científica. Vejo que os vícios de uma redação equivocada se instalam muito precocemente nos alunos. Quando ministro aulas a alunos do primeiro ano, vejo que conseguem aprender e que não têm ainda os famosos vícios. Quando em anos mais avançados, é muito mais complicado. Afinal, “... mas meu orientador falou que...”.

Reforço aqui: quem cria condições do orientando aprender ciência é o orientador. É do lado dele que o aluno aprende desde a escolha de um problema científico interessante até a redação de um texto de excelência para as grandes revistas, onde os melhores do mundo se reúnem. Esse é o caminho e o desafio. Assim, não olhe o Qualis das revistas nas quais pretende publicar. Sempre busque o melhor veículo para divulgar suas pesquisas. O restante é consequência. Se a CAPES acha bom, ótimo; se não, paciência... você deve saber o que é qualidade científica. É preferível olhar o FI-JCR da revista, atentando para sua abrangência (da especialidade ou interdisciplinar). Note que na classificação A1 de uma mesma área podemos encontrar revistas com FI-JCR próximo a 3 e outras com fator superior a 10, 20, 30

¹ Enquanto escrevia, recebi a notícia de título “Crença em ‘jeitinho’ para driblar lei é maior entre mais ricos e escolarizados”, oriunda de uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas – Veja [aqui](#).

etc. E veja também que revistas nas quais nossos cientistas do setor ainda não publicaram ficam fora do Qualis desse setor, só entrando quando alguém do setor publicar nelas. Ou seja, considere a revista por seus critérios de qualidade e siga em frente. Se seus critérios forem adequados, automaticamente estará entre os melhores do mundo.

Nos passos que reporteí neste texto, vejo as tentativas da CAPES, que todos podemos criticar numa certa instância, mas vejo principalmente o comportamento de orientadores e coordenadores que buscam driblar esse sistema... a tal “maquiagem” que ficou consagrada na preparação dos tais relatórios CAPES (DataCapes). Acho que está na hora de nos debruçarmos seriamente e começarmos a fazer ciência de alto nível (falo num universo de Brasil de Norte a Sul, Leste a Oeste). Há pessoas que precisam descer do pedestal e dar a chance de imaginar que podem não ser os gênios que imaginam. Quem não sabe aprende. Estimo que metade dos alunos da pós-graduação estão lá não por vocação, mas por comodidade. Quantos, de fato, tinham o sonho de ser cientista? Quantos sabem o que é isso? E o mesmo vale para professores universitários. Por isso acho que o sistema inchou demais e, portanto, se torna ineficiente. E ser ineficiente significa gastar dinheiro e não produzir a contento. Num país com tanta pobreza isso é inadmissível.

Agradecimento

Muito obrigado à Dra. Eliane Gonçalves de Freitas que criticou uma versão inicial deste texto, sem com isso significar que concorda com ideias que aqui expressei.

0-0-0-0-0-0-0-0-0-0